

SAPO Todo o SAPO ▾

SIC NOTÍCIAS 01.02.2016

VÍRUS ZIKA · DE 2016 · BANIF · PRESIDENCIAIS 2016 · CASO BIAL

ULTIMA EDIÇÃO NOTÍCIAS OPINIÃO PROGRAMAS GU

MAIS ▾

BOLSA

TRÂNSITO

ALERTAS SMS

PARLAMENTO GLOBAL

SIC EUROPA

GREEN PROJECT AWARDS

GRANDE REPORTAGEM INTERATIVA

PAÍS

MUNDO

ECONOMIA

DESPORTO

CULTURA

ESPECIAIS

EM FOTOS

EM VÍDEO

INFOGRAFIAS



Utilizadores de bicicleta querem ciclovias e transportes públicos na Segunda Circular

01.02.2016

O município quer também criar um separador central maior e arborizado, reduzir a largura da via da direita, montar barreiras acústicas (reduzindo o ruído em 50%), reabilitar a drenagem e do piso e renovar a sinalética e a iluminação pública (permitindo uma quebra de 60% no consumo).

A Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB) defendeu esta segunda-feira que o projeto da Câmara de Lisboa para remodelação da Segunda Circular deve contemplar ciclovias e apostar nos transportes públicos.

"Em nosso entender, deverão criar-se condições para que outros modos de transporte possam também aí circular com maior prioridade, como o transporte público e os modos suaves (bicicleta e andar a pé)", sustenta a FPCUB na posição enviada à autarquia e hoje divulgada.

Tendo o intuito de melhorar a fluidez do tráfego e conferir mais segurança à Segunda Circular, a maioria PS na Câmara de Lisboa propõe ao regulador a criação de condições para



Novo Renault M
Wake up your pa

Emissões CO2 (g/L/100)

AGORA



Orçamento do Estado
Bruxelas diz que há diferenças no Orçamento





de Lisboa propôs-se a requalificar a via, o que passa por diminuir em 10% o tráfego de atravessamento, através da reformulação de alguns acessos e dos nós de acesso, e por reduzir a velocidade de 80 para 60 quilómetros/hora.

O município quer também criar um separador central maior e arborizado, reduzir a largura da via da direita, montar barreiras acústicas (reduzindo o ruído em 50%), reabilitar a drenagem e do piso e renovar a sinalética e a iluminação pública (permitindo uma quebra de 60% no consumo).

"Com estas condições de tráfego e a alteração das condições físicas [...] é expectável que haja transferências modais do modo motorizado individual para modos alternativos, nos quais se incluem os transportes públicos e a bicicleta", refere a federação, sugerindo uma "intervenção mais aprofundada" para inverter a atual tendência de utilização do transporte individual.

Na mesma informação, a FPCUB defende que, "com o desincentivo do recurso ao automóvel e a promoção de modos de transporte alternativos, será expectável o aumento da utilização das infraestruturas cicláveis, quer na zona do Fonte Nova/Colombo, quer na zona do Campo Grande/Avenida Do Brasil, pelo que seria importante dedicar espaços a estes modos, também na própria Segunda Circular".

"A FPCUB reconhece que há esta tentativa de ordenar a Segunda Circular para uma avenida urbana, logo mais condições para se poder circular de bicicleta, mas isso obriga a que no perfil transversal possa ser equacionada essa possibilidade", adianta.

Apesar de apoiar a "promoção da fruição de espaço público" e, por conseguinte, a "execução de mais espaços de estadia e lazer para o peão e restante mobilidade suave", o organismo alerta o município para a "necessidade de uma gestão de tráfego integrada, que acompanhe os eventuais impactes negativos, fruto do aumento de tráfego rodoviário nas vias de acesso local a sul da Segunda Circular".

Também hoje, a Ordem dos Engenheiros divulgou observações para submeter à autarquia, que resultam de um debate realizado na passada segunda-feira.

Dessas considerações consta a "especial preocupação [com] a solução adotada para o separador central", por não prever "um adequado sistema de retenção de veículos".

A Ordem dos Engenheiros recomenda ainda uma melhor avaliação das "consequências e os efeitos sobre eventuais congestionamentos nas vias envolventes e sua adequabilidade ao acréscimo de tráfego" e uma "nova auditoria de segurança ao projeto".

Orçadas em 12 milhões de euros, as obras devem iniciar-se em junho, durando 11 meses.

Lusa



INQUÉRITO

FACEBOOK

